



Município de Rio Bonito do Iguaçu

Estado do Paraná

7ª Legislatura

4ª Sessão Legislativa

25ª Sessão Ordinária

ATA Nº 041/2020 – SESSÃO ORDINÁRIA

Aos Vinte e Três dias do mês de Novembro do ano de dois mil e vinte às dezenove horas na sede da Câmara Municipal de Rio Bonito do Iguaçu, Estado do Paraná, sob a Presidência do Vereador Irineu Ferreira Camilo, o qual fez a verificação da presença dos Senhores Vereadores pela ordem: Claunir Viola, Edson Rodrigo Camargo, Gilvan José Kóten de Oliveira, José Ferreira da Silva, Luiz Fernando Moreira, Milton Rodrigues da Silva, Olide Bovino e Oseias de Oliveira. O Senhor Presidente verificando quórum legal deu início aos trabalhos da hora do expediente. Informou que na última quinta-feira sua família recebeu um comunicado da saúde pedindo que os mesmos ficassem em isolamento, devido à colega de trabalho de sua esposa estar apresentando sintomas do COVID-19. Expôs que como o mesmo gostaria de participar da presente sessão, realizou um exame particular, o qual teve resultado negativo e já foi protocolado na secretaria desta Casa de Leis. Pediu à secretária que faça a leitura da ata anterior. Ata aprovada por unanimidade. O senhor Presidente pediu que a secretária fizesse a leitura de uma resposta a um pedido de informação que ficou fora da pauta. Deram entrada as seguintes matérias: Ofício nº 125/2020 de autoria do senhor Prefeito Municipal Ademir Fagundes. Ref. ao Pedido de Informação nº 008/2020. Fica comunicado o plenário. Arquite-se. Mensagem nº 024/2020 subscrita pelo Prefeito Municipal Ademir Fagundes encaminhando em Regime de Urgência, o Projeto de Lei nº 024/2020, solicitando autorização legislativa para o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional especial no orçamento programa do Município de Rio Bonito do Iguaçu para o corrente exercício, no valor total de R\$2.063.052,27. Aceita pela entrada. Aprovado requerimento para tramitação em regime de urgência. O senhor Presidente explicou que o Projeto de Lei trata do valor de R\$2.063.052,27, para asfalto no quadro urbano, frisou que vale ressaltar que estão sendo

Irineu Ferreira Camilo

retirados da secretaria de Saúde, o valor de R\$576.177,81. Expressou que é um projeto importante, mas vivendo este momento de pandemia é preocupante de onde está sendo retirado este dinheiro. Encaminhe-se a comissão de Legislação, Justiça e Redação para parecer sobre sua legalidade e constitucionalidade. O vereador Gilvan José Kóten de Oliveira pediu que fosse feita a dispensa da sessão por alguns minutos e que a Comissão de Legislação, Justiça e Redação, juntamente com a Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização exarassem os pareceres acerca deste Projeto de Lei, colocando em votação do plenário tal ato, e que a decisão do mesmo fosse soberana. O senhor Presidente citou o art.62 do Regimento Interno que diz que poderão ser suspensos os trabalhos para o trabalho da comissão. Sendo o projeto importante, como neste caso, será concedido às 72 horas para que seja feito um trabalho adequado, como já foi aprovado o RU, posteriormente será convocada sessão extraordinária. O vereador Milton Rodrigues da Silva como presidente da Comissão de Legislação, Justiça e Redação pediu que fosse votado em plenário para que seja suspensa a sessão por cinco minutos, que o mesmo irá dar seu parecer, visto que é um projeto com recursos próprios do Município, fazendo o justo. Já que o prefeito está querendo fazer o asfalto, que o próximo governo trabalhe com o seu orçamento. Frisou que gostaria que este Projeto desse entrada ainda nesta sessão com o parecer da comissão e que seja convocada sessão extraordinária, por não haver mais tempo hábil neste governo, findando este mandato o dinheiro ficará nos cofres públicos e o próximo prefeito fará o que bem entender com o mesmo. O vereador Luiz Fernando Moreira atestou ser um projeto de Lei bem vindo, especificando que mais de meio milhão de reais estão sendo retirados da saúde pública. O nobre vereador expôs que houve três anos e 11 meses para que este trabalho fosse feito dentro desta casa, pois, deixando claro que esta câmara nunca votou contrária a projetos de lei que beneficiassem a população, mas como se trata de um projeto de um valor alto sendo retirado da saúde pública, gostaria que fosse respeitado o regimento desta casa, do prazo de 72 horas para a comissão realizar os estudos de maneira correta ao PL, para também estarem identificando quais as ruas que estarão recebendo esse asfalto. Lembrou que recentemente foi aprovado um financiamento de dois milhões de reais para melhoramento de algumas ruas na cidade, mas ficaram de fora deste projeto muitas ruas que os vereadores acreditavam ser de extrema importância que fossem melhoradas. Salientou que não é contra o projeto de lei, mas não podem atropelar um valor altíssimo sendo retirado de uma secretaria importante, e que não está preparado no atual momento para exarar este parecer. Finalizou explanando que se não o fizeram em onze meses, não será em quinze dias que farão tudo acontecer. O senhor Presidente aproveitou a ordem do debate e informou que o passaram por esta Casa de Leis neste mandato mais de 150 projetos de lei, onde destes mais de 95% foram aprovados. Independente de lado político nunca deixaram de votar para beneficiar a população, deixou claro que votou contrário á alguns projetos, como exemplo a devolução de recursos no valor de R\$356.000,00 para o INCRA, valor este que veio ao município para realização de cascalhamento nas estradas do interior, mesmo assim o prefeito devolveu o dinheiro. Projeto de lei retirando R\$100.000,00 da viação para colocar no departamento de turismo, o que não fazia sentido devido o prefeito afirmar que não havia recurso para cascalhar às estradas. Votaram contra também á devolução de recursos do Ministério do Turismo no valor de R\$58.000,00 da obra do Centro do idoso, que foi baixada comissão e constatado que a obra estava inacabada e ainda está até a data de hoje. O senhor Presidente esclareceu que a quebra do regime de urgência não é uma votação contrária ao projeto de lei e sim tempo para que os vereadores obtenham maior conhecimento sobre o projeto de lei, questionando neste caso quais as ruas que serão beneficiadas pelo mesmo, e baseado nesta justificativa o senhor Presidente concedeu às 72 horas para a comissão realizar os trabalhos e durante a semana estarão convocando sessão extraordinária para votarem o projeto em

Handwritten signatures of several individuals, including names like 'Gilvan José Kóten de Oliveira', 'Milton Rodrigues da Silva', and 'Luiz Fernando Moreira'.

primeira votação. O vereador Milton Rodrigues da Silva se colocou contrário à explanação do senhor presidente Irineu Ferreira Camilo e solicitou caso necessário à presença do Procurador Jurídico desta casa Dr. Saviano. O vereador Gilvan José Kóten de Oliveira se pronunciou, mas foi interrompido pelo senhor presidente para que respeitasse a ordem de fala, dando continuidade ao vereador Milton R. da Silva. O vereador Milton Rodrigues da Silva frisou que precisam seguir a Lei, mas já houveram diversos projetos pelos quais foram dispensados os trabalhos e feito a primeira votação na mesma sessão. Frisou que é final de mandato e a lei são os nove vereadores, não desmerecendo o presidente, mas fazendo o justo da lei, não interessando de onde sai o recurso, é do município. Ressaltou que se houver um cara mais bravo neste governo é o mesmo, pois perdeu a eleição, mas está votando pelo povo, fazendo o justo, já que se trata de recurso do município, o mais justo é limpar o caixa. Expressou que a seu ver devem suspender a sessão e colocar o projeto em votação, pois é final de mandato e não há mais tempo hábil, em sendo assim o próximo governo faz se quer. Pediu que se faça presente o jurídico e que for contra, que vote contrário e ainda seja convocada sessão extraordinária para amanhã, terça-feira as 19 horas. O vereador Gilvan José Kóten de Oliveira disse concordar com o presidente da comissão, e pelo que entende o mesmo tem o direito de suspender a sessão e fazer os pareceres. O senhor presidente manifestou que seria somente o tempo regimental de 72 horas que o mesmo estaria pedindo, pelo motivo de estar sendo retirado mais de meio milhão da saúde, mas por insistência dos nobres pares, usando o bom senso, será realizada a leitura da mensagem do próximo projeto de lei e assim suspenderem a sessão e trazer ao plenário os pareceres dos dois projetos. Colocou em votação este posicionamento. Aprovado por unanimidade. Mensagem nº 023/2020 subscrita pelo Prefeito Municipal Ademar Fagundes encaminhando em Regime de urgência, o Projeto de Lei nº 023/2020, solicitando autorização legislativa para o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional suplementar no orçamento programa do Município de Rio Bonito do Iguaçu para o corrente exercício, no valor total de R\$610.000,00. Aceita pela entrada. Aprovado requerimento para tramitação em regime de urgência. Encaminhe-se a comissão de Legislação, Justiça e Redação para parecer sobre sua legalidade e constitucionalidade. O senhor Presidente dispensou a sessão pelo tempo necessário para que as comissões façam seus pareceres. Retornando ao plenário, o senhor presidente pediu que fosse realizada a leitura dos pareceres. Parecer nº 041/2020 subscrito pela Comissão de Legislação, Justiça e Redação favorável ao projeto de lei nº 023/2020. Aceito pela entrada. Anexe-se ao referido Projeto de lei. Parecer nº 042/2020 subscrito pela Comissão de Legislação, Justiça e Redação favorável ao Projeto de Lei nº 024/2020. Aceito pela entrada. Anexe-se ao referido Projeto de lei. Nada mais havendo em matérias do expediente, passa-se para matérias de discussão única e votação. Nada havendo em matéria de discussão única e votação, passa-se para matérias de primeira discussão e votação. Deram entrada as seguintes matérias: Projeto de Lei nº 023/2020 de autoria do Executivo Municipal que abre crédito adicional suplementar no orçamento do exercício de 2020, e dá outras providências, até o valor de R\$610.000,00. O vereador Milton Rodrigues da Silva disse que o projeto foi bem especificado e foram feitos os pareceres da comissão favoráveis a estes. Frisou que é favorável ao projeto e por este motivo pediu que a sessão fosse dispensada para a tramitação em primeira votação, já que estão retirando de alguns setores, como há os recursos estão em caixa para fazer a dotação e o município não ficar com pendências patronais, de folha de pagamento este projeto vem agregar este final de exercício, já que o prefeito afirma ter dinheiro e que não deixará nada negativo no município, nada mais justo do que a aprovação do mesmo. Salientou que devido viagem agendada do mesmo juntamente com alguns outros vereadores pede que seja convocada sessão extraordinária para o dia de amanhã, terça-feira às 19 horas ou vinte horas para que este projeto seja aprovado para benefício da população. O vereador Gilvan José

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including a large signature on the left and the name 'Milton C. Marli' on the right.

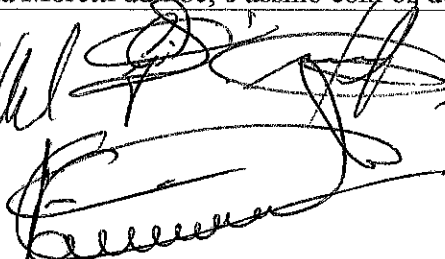
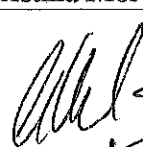
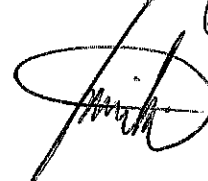
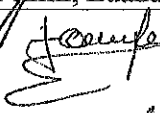
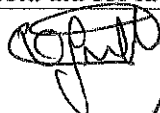
Kóten de Oliveira pediu que seja feita sessão extraordinária, devido alguns vereadores estarem em viagem no dia seguinte. O senhor Presidente pediu que seja discutido somente o teor do projeto, para que o debate se torne produtivo, pois em relação a convocação da sessão extraordinária é uma prerrogativa do presidente e que podem ter certeza que o mesmo usará o bom senso para esta questão. O vereador Luiz Fernando Moreira cumprimentou aos presentes e destacou em relação ao projeto de lei que este é em relação ao pagamento dos funcionários para o mês de Dezembro e o decimo terceiro. Expressou que sempre procuraram fazer a coisa certa, pois quando se tem um bom funcionário o município vai para frente, são estes que fazem tudo andar da melhor maneira. Asseverou que em oito anos não houve aumento real para os funcionários, a não ser a inflação de dois e pouco, talvez não por culpa desta Casa de Leis, mas sim que caberia ao prefeito municipal ter a iniciativa de encaminhar um projeto de lei aumentando além da inflação. Salientou que por outro lado se vêm alguns funcionários ganhando um monte de dinheiro e como exemplo um motorista do parque de maquinas que antigamente ganhava dois salários mínimos e que hoje ganham 1.6, mostrando muitas distorções dentro do quadro de funcionários do município que precisam ser revistas neste próximo mandato. E que espera que sejam como estes que estão saindo desta Casa de Leis. O senhor Presidente assegurou que se tratando dos servidores públicos está Casa de Leis sempre aprovou e veio atender aos anseios dos servidores, mas relatando em um geral mesmo sendo opositor ao atual prefeito, nunca tentaram prejudicar nenhum dos segmentos do município. Frisou que torce para que mesmo havendo a maioria de oposição na próxima gestão, que atendam aos anseios e o bem comum da população, sabendo distinguir o que é bom para a população e o que é politicagem, afirmou que a oposição é algo bom, pois o prefeito pode dizer que esta tudo perfeito, mas a opinião do vereador da oposição pode fazer com que a administração se planeje e enxergue pontos de melhora. Colocou o projeto em votação. Aprovado por unanimidade. Encaminhe-se a segunda discussão e votação. Projeto de Lei nº 024/2020 de autoria do Executivo Municipal que abre crédito adicional especial no orçamento do exercício de 2020, e dá outras providências, até o valor de R\$2.063.052,27. O vereador Cláudio Viola expressou que cada um teve seu posicionamento dentro desta Casa de Leis, indiferente do posicionamento diante da política, onde houve vitoriosos e outros não, mas independente disso sempre houve consenso dentro da Câmara, salientou que está deixando a sua legislatura muito contente, onde aprovaram muitos projetos que vieram a beneficiar a população rio-bonitense. Em relação ao projeto, mesmo com as preocupações, analisando o mapa, afirmou que serão beneficiadas mais de cem propriedades com o asfalto, dando crédito aos vereadores e ao município, e como já dito anteriormente por alguns vereadores, nada mais justo que este dinheiro ser gasto neste mandato e que cada prefeito também busque recursos para o desenvolvimento de nossa cidade. Pediu que dentro do consenso que o presidente sempre pregou nesta casa, dando voz a todos com respeito e ordem, que seja feita essa votação amanhã e que todos sigam seus objetivos futuros, saindo de cabeça erguida desta Casa de leis com respeito como sempre foi. Desejou boa sorte aos próximos legisladores. O vereador Luiz Fernando Moreira disse ficar triste com a falta de respaldo e respeito com esta casa, vendo a cópia de onde será construído o asfalto, questionou o motivo deste mapa não ter sido anexado ao projeto de lei. Afirmou não ser contra, mas é contra estas informações não terem sido colocadas anexadas ao projeto como deveria. O senhor presidente questionou quem foi o responsável por colocar estas cópias nas mesas dos vereadores. O vereador Gilvan José Kóten de Oliveira afirmou ter sido o responsável pelo ato. O vereador Luiz Fernando Moreira continuou sua fala manifestando sua indignação em relação à situação, disse que neste mapa está a rua que o mesmo sempre lutou para que fosse incluída nos projetos passados, Rua Euclides Ribeiro, a qual esta em péssimas condições. Explicou que esta no segundo mandato a vereador, sempre fazendo

Cláudio Viola
Luiz Fernando Moreira
Gilvan José Kóten de Oliveira
João C. Monte

um trabalho sério, afirmou que nunca vendeu seu voto e está na luta, com o seu filho tendo sido eleito a vereador é por que seu pai teve algum respaldo. Salientou que tem 59 anos de idade e nasceu em Rio Bonito do Iguazu, disse que a eleição para o mesmo acabou domingo, sofreu muitas ameaças, mas sempre manteve sua posição, sempre procurando fazer um trabalho sério. Frisou que em relação ao projeto, gostaria que fossem incluídas algumas ruas neste projeto, como exemplo a rua que vai até a fábrica de linguiça, que o prefeito falou que iria fazer e não fez. Expressou que este mapa para o mesmo não tem valor nenhum, pois este deveria estar anexado ao projeto de lei, os vereadores irão aprovar o projeto, mais terão que torcer para que estas sejam as ruas de fato beneficiadas. Expressou que devem sim procurar embelezar a cidade, mas que deveriam lembrar que Rio Bonito tem somente uma indústria, que é a agricultura familiar, e é destas pessoas que vem o dinheiro para pagar o salário dos vereadores, dos funcionários e muitos outros no município, e infelizmente muitas vezes não foram atendidos com o pedido de terraplanagem, cascalhamento nas entradas de suas propriedades, entre outros. Deixou claro que é a favor do embelezamento da cidade, sendo investidos quatro milhões de reais para isso, mas questiona quantos milhões foram investidos nas estradas do nosso interior nestes quatro anos. Asseverou que este dinheiro só está sobrando, devido a uma doença maldita, que espera que vá embora logo, mas se não fosse isso não estariam votando este projeto de lei, pois não sobraria este dinheiro para isso. O nobre vereador ressaltou que sempre fez um trabalho sério e que continuara morando aqui, disse ter orgulho da foto do seu pai estar no quadro dos vereadores, a sua foto e agora a do seu filho. O vereador Gilvan José Kóten de Oliveira pronunciou que foi o mesmo quem pediu que fosse repassada a cópia do mapa para cada vereador. Informou que uma das ruas beneficiadas será está que passa ao lado da Câmara e que inclusive beneficiará o vereador eleito André, disse que trabalharam quatro anos para ajudar ao município e é testemunha que nenhum vereador votou contra aos benefícios a população. Pediu consciência para que o projeto seja aprovado e que estas ruas sejam feitas até dezembro, trabalhando pelo Rio Bonito e não pela pessoa que está sentada lá. O vereador Milton Rodrigues da Silva manifestou que por lei nem poderiam comentar sobre estas ruas, pois não está anexada ao projeto, mesma coisa que falar em um crime premeditado. Disse que têm três mandatos de vereador e dois como presidente da Câmara, quase todos como oposição do prefeito, e se fosse pensar em relação ao prefeito o mesmo votaria contra ao projeto, mas não pode fazer isso, pois é um projeto que vem para o benefício da população, sendo o justo, tendo o dinheiro em caixa tem que gastar com a população. Frisou que foi candidato a prefeito e perdeu e aceitou a derrota, mas tem derrota que se torna vitória e vitória que se torna derrota. Em relação à pandemia os seus adversários não respeitaram a mesma, realizando comícios de 300,500 pessoas, estão usando as mascaras na sessão por respeito por que a lei já foi quebrada. Parabenizou quem ganhou a eleição e quem perdeu vai para casa achar serviço e pegar a enxada e carpir se for necessário, disse estar acostumado. Salientou que irão aprovar o projeto e que até final do ano seja concluído, e se não acontecer assim que o próximo prefeito realize o serviço, e que espera que o próximo gestor pegue o caixa com dinheiro e não com dívidas. O senhor Presidente ressaltou que em relação ao mapa, é o tempo que estavam pedindo para que o prefeito colocasse este no projeto e assinasse. Frisou que os tempos de setenta e duas horas caberiam à comissão buscar estes documentos do atual prefeito com assinatura que realmente será feito asfalto nestas ruas, como também questionar quais as ruas selecionadas, pois há sim ruas que são de extrema necessidade, mas também há algumas que poderiam ser substituídas por outras de mais urgência. Frisou que não é o presidente que manda na Câmara, tendo seu voto com o mesmo peso que os votos dos demais vereadores, sendo todos iguais, sendo presidente apenas representa a Câmara, mais perante lei são iguais e sempre usando o bom senso. Citou que durante o mandato do atual prefeito passaram mais de 150 projetos de lei e

Manoel C. Martins

destes somente cinco ou seis foram reprovados pelos vereadores, mesmo a maioria sendo oposição política, como já dito é dever dos mesmos olhar pelo bem da população e atender suas necessidades. Frisou que a política é de quatro em quatro anos e esteve na mão do povo, não havendo meios de questionamento nesta situação. Em relação aos projetos reprovados afirmou que se retornassem a esta casa o seu voto seria novamente contrário a estes. Colocou o projeto em votação. Aprovado por unanimidade. Encaminhe-se a segunda discussão e votação. Nada mais havendo em matéria de primeira discussão e votação. Passa-se para materiais de segunda discussão e votação. O vereador Edson Rodrigo Camargo pediu a dispensa da leitura. Aprovado por unanimidade. Deram entrada as seguintes matérias: Projeto de Lei nº 017/2020 de autoria do Executivo Municipal que estima a receita e fixa a despesa do município de Rio Bonito do Iguaçu para o exercício financeiro de 2021. Aprovado por unanimidade. Faça-se a lei. Projeto de Lei nº 022//2020 de autoria do Executivo Municipal que altera dispositivos da Lei Municipal nº 1.309/2020 de 14 de julho de 2020, que dispõe sobre as alíquotas de contribuição mensal dos servidores ativos, inativos, pensionistas do Município para o FUNPRERBI e forma de amortização do déficit técnico atuarial (custo suplementar) para obtenção do equilíbrio financeiro e atuarial e dá outras providências. Aprovado por unanimidade. Faça-se a lei. Nada mais havendo em matéria de segunda discussão e votação. Passa-se para matéria de terceira discussão e votação. Nada havendo em matéria de terceira discussão e votação. Passou a palavra livre. O vereador Cláunir Viola justificou sua falta a sessão passada, explicou que teve um problema com seu carro e não conseguiu chegar a tempo na sessão. O senhor presidente colocou em votação do plenário. Aprovado por unanimidade a justificativa do mesmo. O senhor Presidente agradeceu a presença dos soldados Ernesto e Hoffmann pelo zelo por esta Casa de leis, garantindo a segurança de todos. Não havendo manifestações por parte dos vereadores solicitando que seus discursos sejam transcritos nesta ata. O senhor Presidente declarou encerrada a presente sessão, e convocou sessão Extraordinária para o dia Vinte e Quatro de Novembro do corrente ano, Terça-Feira, às 19h00min. Esta ata foi lavrada por mim, Luana Cristina Moretti ad-hoc, e assinou com os demais presentes.



Luana C. Moretti